

### RASTREAMENTO DO CAMPO DE ESTUDO E DO PERFIL GEOGRÁFICO DAS TESES E DISSERTAÇÕES SOBRE A GESTÃO DO CONHECIMENTO NA ÁREA PÚBLICA

**Dávisson Lucas Vieira Afonso**

Mestrando do Programa de Mestrado Profissional em Administração Pública  
Universidade Federal de Rondônia  
E-mail: [davisson1993@gmail.com](mailto:davisson1993@gmail.com)

**Iluska Lobo Braga**

Doutora em Administração pela Universidade do Grande Rio  
Docente do Programa de Mestrado Profissional em Administração Pública  
Universidade Federal de Rondônia  
E-mail: [iluska.lobo@unir.br](mailto:iluska.lobo@unir.br)

**Isis Bruna Gomes Pacheco**

Mestranda do Programa de Mestrado Profissional em Administração Pública  
Universidade Federal de Rondônia  
E-mail: [isis.pacheco@unir.br](mailto:isis.pacheco@unir.br)

#### RESUMO

Este artigo é um estudo bibliométrico resultado de pesquisas realizadas para elaboração de dissertação sobre a Gestão do Conhecimento (GC) na área pública com a intenção de se compreender os estudos já realizados nas teses e dissertações sobre este tema de relevância profissional e acadêmica. O estudo do tema deu origem à Sociedade Brasileira de Gestão do Conhecimento em 2001 e ao Observatório IPEA de Gestão do Conhecimento na Administração Pública em 2015. O problema de pesquisa a ser respondido é identificar o cenário dos estudos realizados nas teses e dissertações no Brasil sobre a gestão do conhecimento na área pública? O objetivo geral é realizar um estudo bibliométrico sobre os estudos realizados nas teses e dissertações no Brasil sobre a gestão do conhecimento na área pública. O estudo bibliométrico selecionou as teses e dissertações a partir dos seguintes procedimentos metodológicos: buscas no catálogo de teses e dissertações da CAPES pelos termos “gestão do conhecimento no setor público”, “gestão do conhecimento na administração pública” e fornecimento por autores que defenderam o trabalho no ano de 2021, totalizando 38 documentos. Os resultados permitem compreender a quantidade de teses e dissertações publicadas por ano, os Programas de Pós-Graduação que possuem e os que não possuem o termo profissional ou profissionalizante na nomenclatura e autores, quantidade de publicações por região geográfica, quantitativo por estado, trabalhos por área de avaliação da CAPES, quantidade de programas por nota na avaliação da CAPES, quantitativo por objeto de estudo e área da Gestão do Conhecimento estudada.

**Palavras-chaves:** Gestão do conhecimento no setor público. Gestão do conhecimento na administração pública. Bibliometria. Programas de Pós-Graduação no Brasil.

#### 1 INTRODUÇÃO

Considerando a necessidade de se realizar levantamento de pesquisas que abordassem a Gestão do Conhecimento (CG) no setor público, com vistas a construção de dissertação, este artigo vem apresentar o resultado de um estudo bibliométrico sobre o tema em questão. A motivação para realizar este estudo foi compreender as pesquisas já realizadas nas teses e dissertações sobre este tema de relevância profissional e acadêmica. Os estudos bibliométricos que investigaram publicações

## DESAFIOS E OPORTUNIDADES DAS ORGANIZAÇÕES AMAZÔNICAS NO PÓS PANDEMIA

### ARTIGO CIENTÍFICO

#### ADMINISTRAÇÃO I - ESTRATÉGIA, GESTÃO E TECNOLOGIA EM ORGANIZAÇÕES

de artigos, constataram que o tema é pouco estudado, porém se encontra em estágio de desenvolvimento e tem importância reconhecida pela academia (CÂMARA e NUNES, 2021; SILVA e MIRANDA, 2018; ALFENAS et al., 2021; FLORES et al., 2020).

A importância do estudo do tema deu origem à Sociedade Brasileira de Gestão do Conhecimento (SBGC) no ano de 2001, a qual realiza a integração da academia, terceiro setor e organizações públicas e privadas, visando o desenvolvimento e pesquisa sobre a GC. De modo a avançar na divulgação e pesquisa sobre a temática, a SBGC criou a Revista GC Brasil com a primeira edição em agosto de 2006 e a última edição em setembro de 2011.

Também, a GC é um tema presente no Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). Estudos realizados por Batista em 2005, oportunizou a análise da implantação da GC nos departamentos de planejamento e administração de 45 Instituições Federais de Ensino Superior do país, concluindo que a GC não era prioridade estratégica para a maioria das instituições. Em 2012, Batista organizou o livro Modelo de Gestão do Conhecimento para a Administração Pública Brasileira para o IPEA. Além disso, realizou pesquisa junto a Quandt em 2014, com o objetivo de “analisar as percepções de gestores quanto ao estágio de implantação e o alcance pretendido dentro da organização de diversas práticas relacionadas à gestão do conhecimento” (BATISTA; QUANDT; 2015, p. 5) no âmbito federal. O estudo foi realizado em 67 organizações do Poder Executivo, duas do Poder Legislativo e cinco do Poder Judiciário. No ano de 2015, o IPEA criou o Observatório IPEA de Gestão do Conhecimento na Administração Pública com objetivo de subsidiar a criação de política pública de GC, destacando o papel da GC para o alcance da eficiência e melhoria dos serviços prestados pelo Estado.

Neste contexto de avanço no interesse pela GC, a presente pesquisa responderá o seguinte problema de pesquisa: Qual o cenário dos estudos realizados nas teses e dissertações no Brasil sobre a gestão do conhecimento na área pública? Para responder a esse problema, o objetivo geral é: realizar um estudo bibliométrico sobre os estudos realizados nas teses e dissertações no Brasil sobre a gestão do conhecimento na área pública, e para isso, foram escolhidos os seguintes objetivos específicos: identificar as informações geográficas e acadêmicas sobre os programas de pós-graduação; levantar dados das teses e dissertações selecionadas; e demonstrar os objetos e áreas que têm sido estudados.

Silva e Miranda (2018) identificaram lacuna científica com relação a estudos bibliométricos nas teses e dissertações que, se realizados, podem aprofundar os achados desta temática. Assim, o estudo é de grande importância no sentido de preencher a lacuna acadêmica identificada por Silva e Miranda (2018), permitindo compreender o contexto em que a GC é estudada nas teses e dissertações,

identificando ainda a localização geográfica dos programas de pós-graduação que realizaram estas pesquisas.

A compreensão geográfica é relevante, tendo em vista os achados de estudos que identificam desigualdades regionais na distribuição dos programas de pós-graduação. Ao estudarem o financiamento das Universidades Estaduais (UE), mais precisamente o custo por aluno, as assimetrias institucionais e as desigualdades regionais, Carvalho e Amaral (2021) concluem que as regiões norte, nordeste e centro-oeste são consideradas menos desenvolvidas em comparação com as demais regiões brasileiras, considerando:

... os mais baixos percentuais de seus docentes em regime de tempo integral, os mais baixos percentuais de seu quadro docente composto por mestres e doutores, os menores percentuais de seus alunos matriculados na pós-graduação stricto-sensu. (CARVALHO e AMARAL, 2021, p. 19)

Braga, Sinay e Duarte (2021) analisaram o panorama acadêmico-científico da contabilidade ambiental na pós-graduação brasileira, ressaltando-se que esse campo está inserido na área de avaliação “Administração Pública e de Empresas, Ciências Contábeis e Turismo”, assim como a GC, apesar de esta não ser exclusivamente objeto de estudo desta área. Entre os achados, identificaram que:

A política de expansão ainda está deficitária na Região do Nordeste [,] no Centro-Oeste, o estado do Mato Grosso não possui nenhum curso e apenas no Distrito Federal; na Região Sul e Sudeste todos os estados apresentam PPGCC, apenas no Rio Grande do Sul não curso de doutorado e na Região Norte não existem PPGCC's. (BRAGA; SINAY e DUARTE; 2021, p.8)

Este artigo está estruturado em seis partes: a primeira parte é composta desta introdução que contém a contextualização, o problema de pesquisa, os objetivos e a justificativa. Na sequência, a revisão teórica e conceitual que dá suporte ao estudo. A metodologia demonstrará os procedimentos que foram realizados para alcançar os objetivos e alcançar os resultados que são contemplados na sequência do trabalho. Em seguida, as considerações finais apresentarão as limitações da pesquisa e sugestões de pesquisa. E por fim, são apresentadas as referências utilizadas.

## 2. REVISÃO TEÓRICA E CONCEITUAL

Este tópico apresenta a fundamentação teórica e conceitual utilizada para elaboração deste artigo. Inicialmente é necessário apresentar os conceitos de dado, informação e conhecimento, pois são elementos essenciais para o estudo da GC. Davenport e Prusak (1998) destacam que esses termos não possuem o mesmo significado e a inaptidão em diferenciá-los submete as organizações a esforços que não produzem resultados. Os autores acrescentam que dados são fatos objetivos registrados que

## DESAFIOS E OPORTUNIDADES DAS ORGANIZAÇÕES AMAZÔNICAS NO PÓS PANDEMIA

### ARTIGO CIENTÍFICO

#### ADMINISTRAÇÃO I - ESTRATÉGIA, GESTÃO E TECNOLOGIA EM ORGANIZAÇÕES

em si não apresentam significado, se transformam em informação quando recebem significado por meio da contextualização, categorização, realização de cálculo, eliminação de erros e resumo para uma forma concisa. Os autores não se arriscam a conceituar de forma definitiva, o termo conhecimento; entretanto, apresentam uma definição que demonstra as características que valorizam o termo:

conhecimento é uma mistura fluida da experiência condensada, valores, informação contextual e insight experimentado, a qual proporciona uma estrutura para a avaliação e incorporação de novas experiências e informações [...] (DAVENPORT; PRUSAK; 1998, p.6.)

Maronato (2018, p. 23) define o conhecimento como “recurso intangível e dinâmico, adquirido através de experiências próprias ou mesmo sobre as experiências de outras pessoas”. Nonaka e Takeuchi (2008) representam o conhecimento em dois componentes dicotômicos: o explícito, definido como de fácil e rápida transmissão, podendo ser expresso por meio de palavras, manuais e demais recursos visuais; e o tácito, considerado como o mais complexo, pois está enraizado nas pessoas e é difícil de expressar e compartilhar, possuindo a dimensão técnica correspondente às habilidades informais e a dimensão cognitiva referente às crenças e percepções de mundo individuais.

Para Davenport e Prusak (1998) o conhecimento é implícito das pessoas e representa a complexidade humana, pois é difícil de ser identificado e expressado em palavras. Nonaka e Takeuchi (2008) afirmam que o conhecimento é paradoxal e formado por dois componentes supostamente opostos, o explícito e o tácito, não sendo excludentes entre si. Apresentam a espiral do conhecimento como demonstração da criação de conhecimento pela interação desses dois componentes gerando a socialização, interação de indivíduo para indivíduo, transforma tácito em tácito; externalização, indivíduo para o grupo converte tácito para explícito; combinação, grupo para a organização transforma explícito para explícito; internalização, grupo para indivíduo converte explícito para tácito.

Considerando os diferentes aspectos do conhecimento, é necessário o estabelecimento de técnicas para administrá-lo. Conforme Echternacht (2015), não há consenso na definição de GC. Analisando a obra de diversos autores, Bambirra (2009) identificou que muitos pesquisadores não se preocupam em definir o termo gestão do conhecimento e não há consenso nas definições daqueles que se propõem a apresentar conceito, bem com que a gestão do conhecimento é utilizada para fazer referência a várias práticas organizacionais. Para estabelecer uma percepção sobre a gestão do conhecimento a partir das diversas concepções de estudiosos, Souza (2015, p. 19) conceitua a gestão do conhecimento como “um processo baseado na aprendizagem organizacional e na criação e

compartilhamento do conhecimento como meios para melhorar o desempenho e criar vantagem competitiva.”.

Batista (2012) afirma que a GC no setor público proporciona o alcance dos princípios da administração pública explícitos no art. 37 da Constituição Federal, os quais são: legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, além da qualidade e efetividade social. Segundo o autor, a GC contribui para o aumento do conhecimento da força de trabalho do serviço público por meio dos processos de criar, compartilhar e aplicar o conhecimento para alcançar os resultados pretendidos.

Na primeira edição da Revista GC Brasil houve entrevista de Karl Wiig que, segundo a SBGC, “no hemisfério ocidental foi a primeira pessoa a falar sobre Gestão do Conhecimento.” (SBGC, 2006, p. 5). Karl Wiig considera que a ausência de política de GC pode resultar em problemas ao Estado em razão de não haver total autossuficiência e isolamento dos demais países. Dessa forma, a globalização demanda contínuo aumento e retenção do capital intelectual para inserção na economia global. Nesse sentido, Terra (2001) destaca a função da gestão do conhecimento no Brasil como a principal estratégia para a competitividade de empresas e do país no contexto de abertura econômica e competição internacional com países desenvolvidos.

Ainda na entrevista, Karl Wiig afirma que as iniciativas mais importantes de GC são as que envolvem pessoas na criação e compartilhamento do conhecimento, apresentando como um dos seus benefícios, a automação de rotinas por meio de utilização de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) provendo serviços mais rápidos e baratos. Apesar de citar a TIC, o autor destaca que as pessoas devem ser o foco dos programas de GC, os quais devem permitir o desenvolvimento de capacidades dos servidores públicos.

É nítida nas definições de GC a importância de compartilhar o conhecimento e com esse intuito, Maronato (2018) aponta elementos para o desenvolvimento de um ambiente propício ao conhecimento: liderança, cultura organizacional, comunicação, mecanismo de recompensa, confiança e reciprocidade e sistema de GC. Demonstrada a relevância e abrangência da GC na área pública, serão apresentados a seguir os procedimentos metodológicos utilizados neste artigo.

### 3. METODOLOGIA

Para a realização desta pesquisa não houve delimitação de período temporal, assim foram realizadas buscas no catálogo de Teses e Dissertações da CAPES, no site <

<https://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/>, pelos termos "gestão do conhecimento no setor público" encontrando 16 resultados e "gestão do conhecimento na administração pública" resultando em 33 trabalhos, sendo que desses, 12 não apresentaram GC como tema principal, bem como foram eliminados 2 repetidos da busca anterior, restando 19. Dessa forma, a busca no portal da CAPES resultou em 35 documentos para investigação, acrescidos de dois que foram defendidos em 2021 na Universidade Federal de Rondônia e um do ano de 2018 defendido no Programa de Mestrado Profissional em Administração Pública – PROFIAP na Universidade Tecnológica Federal do Paraná em Curitiba, totalizando 38 trabalhos para estudo.

Os trabalhos selecionados foram tabulados e analisados estatisticamente no software Microsoft Excel 2010. São utilizadas as fórmulas apresentadas a seguir:

Média: soma de um grupo de números, seguida da divisão pela quantidade de números;

$$\sqrt{\frac{\sum (x - \bar{x})^2}{n}}$$

Desvio Padrão da População:

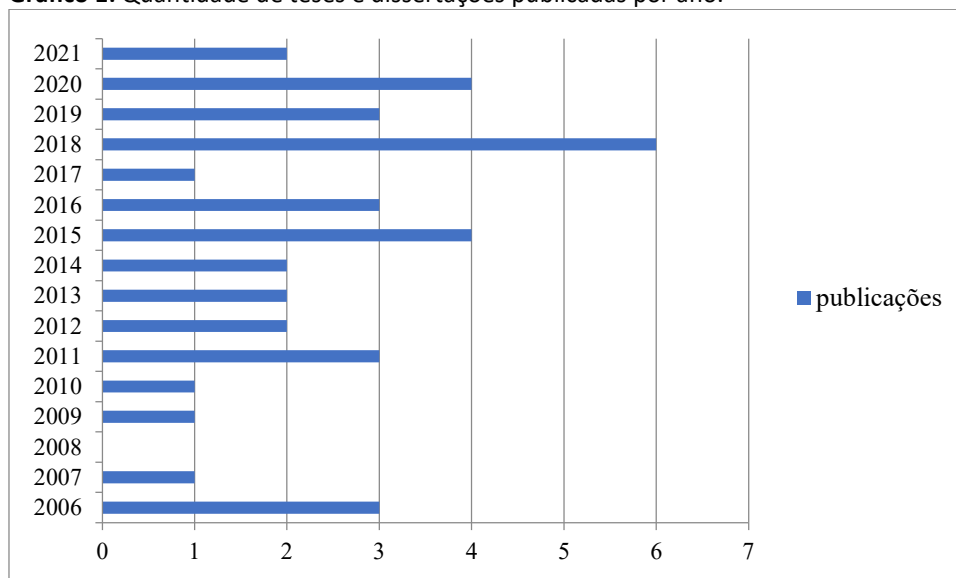
Assim, o estudo apresentará os seguintes aspectos das características gerais: quantidade de teses e dissertações publicadas por ano, os Programas de Pós-Graduação que possuem e os que não possuem o termo profissional ou profissionalizante na nomenclatura e autores, quantidade de publicações por região geográfica, quantitativo por estado, trabalhos por área de avaliação da CAPES, quantidade de programas por nota na avaliação da CAPES, quantitativo por objeto de estudo e área da Gestão do Conhecimento estudada.

Para fins de classificação quanto à nota e área de avaliação da CAPES, foi realizada consulta individual por curso de pós-graduação na plataforma Sucupira sobre o item cursos avaliados e reconhecidos, assim como a área de avaliação. A classificação por objeto de estudo considerou como educação os estudos realizados em Universidades, Institutos Federais e na FIOCRUZ; órgãos públicos militares que incluem Corpo de Bombeiros Militar, Polícia Federal, Forças Armadas e Polícia Militar. A seguir, serão apresentados os resultados e as discussões.

#### 4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Este tópico permite compreender o estado da arte da gestão do conhecimento no setor público. Para isso, serão analisadas as características das teses e dissertações que foram elaboradas no país, bem como dos programas de pós-graduação. O Gráfico 1 apresenta a quantidade de teses e dissertações publicadas por ano.

**Gráfico 1:** Quantidade de teses e dissertações publicadas por ano.



**Fonte:** Elaborado pelos autores.

A primeira publicação ocorreu no ano de 2006, demonstrando que a GC no setor público é um campo de estudo recente. Desde o primeiro ano, com exceção de 2008, em todos os anos houve publicação de tese ou dissertação sobre gestão do conhecimento no setor público, evidenciando a relevância do tema para a academia. O ano de 2018 apresentou o maior número de publicações com seis trabalhos. Durante o período, foram realizadas 38 publicações em 16 anos, resultando em média de 2,375 publicações ao ano e o desvio padrão é 1,45 de dispersão das quantidades quando comparada com a média. Esses resultados demonstram que há poucos estudos de GC no setor público, representando uma oportunidade de desenvolvimento dessa temática. Na sequência, serão apresentados o Quadro 1 e o Quadro 2, respectivamente, com os programas de pós-graduação que possuem o termo profissional ou profissionalizante na nomenclatura e os que não possuem.

**Quadro 1.** Programas de Pós-Graduação que têm o termo profissional ou profissionalizante na nomenclatura e autores.

Nome da Instituição	Autoria
Programa de Mestrado <b>Profissional</b> em Administração Pública em Rede Nacional – PROFIAP, Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Curitiba	MARONATO (2018)
Programa de Mestrado <b>Profissional</b> em Administração Pública (PROFIAP), Fundação Universidade Federal de Rondônia (UNIR). Porto Velho	LIMA (2021)
Mestrado <b>Profissional</b> em Administração Instituição de Ensino: CENTRO UNIVERSITÁRIO ALVES FARIA, Goiânia	SOUZA (2015)

Mestrado <b>Profissional</b> em ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA EM REDE NACIONAL Instituição de Ensino: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL	BASSO (2018)
Mestrado <b>Profissional</b> em ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA EM REDE NACIONAL Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS	LIRA (2019)
Mestrado <b>Profissional</b> em DESENVOLVIMENTO REGIONAL Instituição de Ensino: CENTRO UNIVERSITÁRIO ALVES FARIA, Goiânia	LIMA (2016) e ROCHA JUNIOR (2014)
Mestrado <b>Profissional</b> em ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA EM REDE NACIONAL Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA,	LUCCA (2019)
Mestrado <b>Profissional</b> em ADMINISTRAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA, Brasília	MENEZES (2020)
<b>Profissionalizante</b> em ADMINISTRAÇÃO Instituição de Ensino: FACULDADE PEDRO LEOPOLDO, Pedro Leopoldo	LIMA (2012)
<b>Profissionalizante</b> em ADMINISTRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO EMPRESARIAL Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE ESTÁCIO DE SÁ, Rio de Janeiro	BAMBIRRA (2009) e NEVES (2011)
Mestrado <b>Profissional</b> em ADMINISTRAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA, Salvador	SANTOS (2020); SANTOS (2018) e BARRETO (2018)
Mestrado <b>Profissional</b> em Gestão de Políticas Públicas e Segurança Social Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA, Cruz das Almas	SANTOS (2017)
<b>Profissionalizante</b> em GESTÃO DO CONHECIMENTO E DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO Instituição de Ensino: Universidade Católica de Brasília	GONÇALVES (2006)
Mestrado <b>Profissional</b> em POLÍTICAS PÚBLICAS E GESTÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ, Fortaleza	NEVES JUNIOR (2013)
Mestrado <b>Profissional</b> em ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA EM REDE NACIONAL Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DO VALE DO SÃO FRANCISCO, Brasília	CESARIO (2019)
Mestrado <b>Profissional</b> em ADMINISTRAÇÃO UNIVERSITÁRIA Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA, Florianópolis	FURIGO (2018)

Fonte: Elaborado pelos autores.

**Quadro 2.** Programas de Pós-Graduação que NÃO têm o termo profissional ou profissionalizante na nomenclatura e autores.

Nome da Instituição	Autoria
Programa de Pós-Graduação Mestrado em Administração, Núcleo de Ciências Sociais Aplicadas (NUCSA). Fundação Universidade Federal de Rondônia (UNIR). Porto Velho	FREITAS (2021)
Doutorado em ADMINISTRAÇÃO Instituição de Ensino: PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO PARANÁ, Curitiba	ECHTERNACHT (2015)
Mestrado em ADMINISTRAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA, VIÇOSA Biblioteca	PEREIRA (2012)



Mestrado em ORGANIZAÇÕES E DESENVOLVIMENTO Instituição de Ensino: FAE Centro Universitário, Curitiba	BRAUN (2013)
Mestrado em CIÊNCIAS DA INFORMAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS, Belo Horizonte	CAMPOS (2016)
Mestrado em CIÊNCIAS DA COMPUTAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO	LIMA (2010)
Mestrado em ADMINISTRAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA/JOÃO PESSOA, JOÃO PESSOA	ABREU (2011) e GOMES (2006)
Doutorado em ENGENHARIA E GESTÃO DO CONHECIMENTO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA, Florianópolis	HELOU (2015); FLORES (2018); PACHECO (2015) e AMBROSI (2007)
Mestrado em ADMINISTRAÇÃO Instituição de Ensino: FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS/RJ, Rio de Janeiro	CAMPOS (2014)
Mestrado em TECNOLOGIA Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ, CURITIBA	FERRARI (2006)
Mestrado em ADMINISTRAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE DO GRANDE RIO - PROF JOSE DE SOUZA HERDY, Rio de Janeiro	VASCONCELOS (2020)
Mestrado em ENGENHARIA DE PRODUÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO, RECIFE	SILVA (2011)
Mestrado em CIÊNCIAS MILITARES Instituição de Ensino: ESCOLA DE COMANDO E ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO, Rio de Janeiro	BIAVASCHI (2020)
Mestrado em ADMINISTRAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FUMEC, Belo Horizonte	MARQUES (2016)

**Fonte:** Elaborado pelos autores.

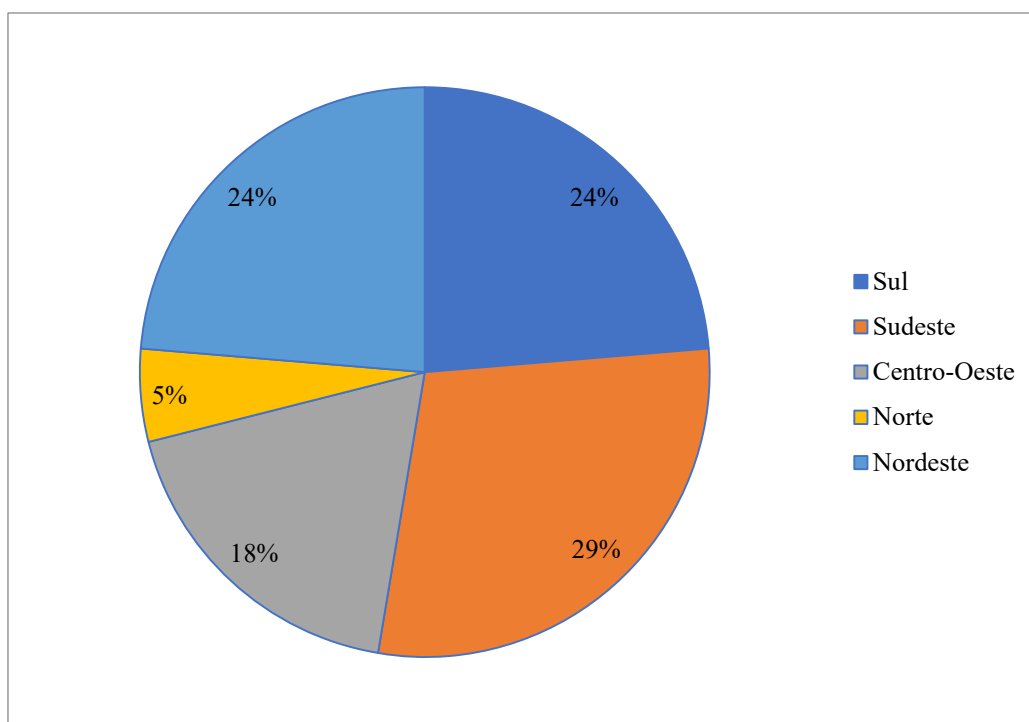
A análise das informações que constam no Quadro 1 e no Quadro 2 é fundamental, pois os mestrados profissionais, de acordo com a Portaria MEC Nº 389, de 23 de março de 2017 e a Portaria CAPES Nº 131, de 28 de junho de 2017, representam a formação profissional avançada e o estreitamento da relação acadêmica com as instituições públicas e privada, e entre os objetivos inclui “melhorar a eficácia e a eficiência das organizações públicas e privadas por meio da solução de problemas e geração e aplicação de processos de inovação apropriados”.

Observando-se o Quadro 1 e o Quadro 2, constata-se a ampla variedade de programas de pós-graduação que pesquisaram a GC no setor público, sendo 16 programas profissionais e 14 acadêmicos, resultando em 30 programas diferentes. Além disso, 20 teses/dissertações foram elaboradas para programas de pós-graduação que possuem os termos profissional ou profissionalizante na nomenclatura, enquanto 18 foram elaborados para programas sem a presença dos termos na nomenclatura. Posto isto, 52,63% são programas de pós-graduação da área profissional. Isso permite

concluir que a GC no setor público é de interesse dos servidores públicos, os quais são capacitados para a prática profissional avançada, podendo implantar práticas inovadoras na administração pública para o atendimento das necessidades da sociedade, a partir da integração com o ambiente acadêmico, nos termos do inciso I do art. 2º da Portaria nº 389 do Ministério da Educação.

Na análise do Quadro 1 fica evidente que grande parte dos mestrados profissionais tiveram apenas um trabalho. Os programas a seguir demonstram mais interesse sobre o tema por contarem com mais de uma publicação: Mestrado Profissional em DESENVOLVIMENTO REGIONAL da Instituição de Ensino CENTRO UNIVERSITÁRIO ALVES FARIA de Goiânia e o Profissionalizante em ADMINISTRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO EMPRESARIAL da Instituição de Ensino UNIVERSIDADE ESTÁCIO DE SÁ do Rio de Janeiro possuem dois trabalhos, o Mestrado Profissional em ADMINISTRAÇÃO da Instituição de Ensino UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA de Salvador apresenta três trabalhos. O Programa de Mestrado Profissional em Administração Pública em Rede Nacional – PROFIAP apresentou três trabalhos, cada um por uma associada diferente, demonstradas a seguir: Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Universidade Federal de Rondônia e Universidade Federal do Vale do São Francisco, Brasília. O Gráfico 2 apresenta a quantidade de publicações por região geográfica.

**Gráfico 2.** Percentual de publicações por região geográfica.



Fonte: Elaborado pelos autores.

## DESAFIOS E OPORTUNIDADES DAS ORGANIZAÇÕES AMAZÔNICAS NO PÓS PANDEMIA

### ARTIGO CIENTÍFICO

#### ADMINISTRAÇÃO I - ESTRATÉGIA, GESTÃO E TECNOLOGIA EM ORGANIZAÇÕES

O Gráfico 3 demonstra que a maior quantidade de estudos foi realizada por instituições de ensino da região sudeste, 29%, porém a equilíbrio com a quantidade de publicações das regiões sul, 24%, e nordeste, 24%, com pequena oscilação quando comparado com a região centro-oeste, 18%. A região norte apresenta o menor percentual de publicações com apenas 5%, em média. Cada região apresenta 7,6 publicações, o desvio padrão é de 3,072. Destaca-se que são dois trabalhos na região, ambos no ano de 2021, conferindo atraso de 16 anos da região em estudar o tema em tese ou dissertação.

Em relação a quantidade por estado, Minas Gerais realizou a maior quantidade de publicações em razão de ter um programa de Doutorado em Engenharia e Gestão do Conhecimento que conta com 4 publicações. Apenas 13 estados estudaram o tema, representando menos de 50% dos estados do país, sendo que nove pesquisaram mais de uma vez. O tema é recorrente nos estados de Santa Catarina e Rio de Janeiro com cinco estudos; Paraná e Bahia tiveram quatro; Goiás, Distrito Federal possuem três trabalhos; Pernambuco e Rondônia, dois; Alagoas, Ceará e Paraíba, um cada. Vale destaca que todas as regiões possuem estudo, demonstrando que o tema possui relevância nacional, entretanto na região norte apenas o estado de Rondônia apresenta estudo. O Quadro 3 demonstra os trabalhos por área de avaliação da CAPES.

**Quadro 3.** Trabalhos por área de avaliação da CAPES

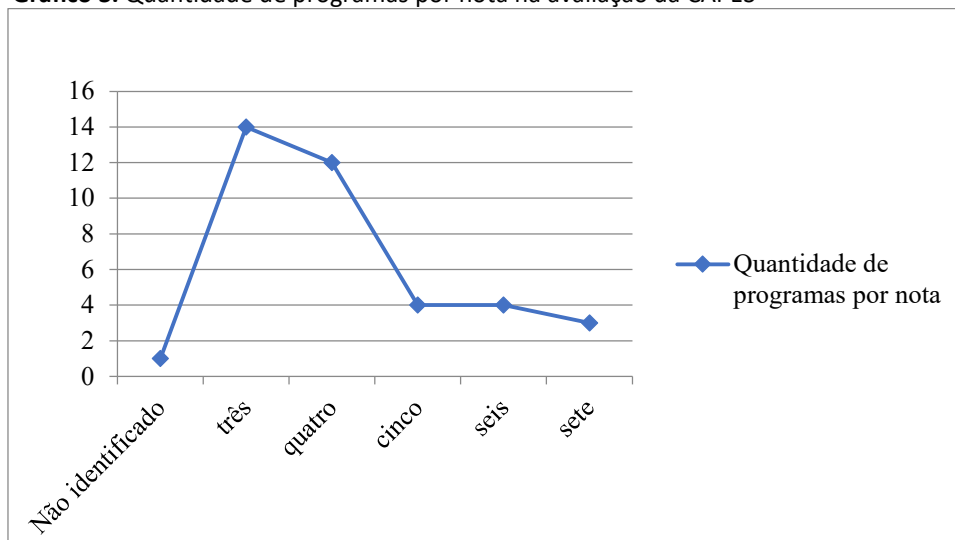
Área de avaliação	Quantidade	Autores
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E DE EMPRESAS, CIÊNCIAS CONTÁBEIS E TURISMO	21	MARONATO (2018); LIMA (2021); FREITAS (2021); ECHTERNACHT (2015); PEREIRA (2012); SOUZA (2015); BASSO (2018); LIRA (2019); LUCCA (2019); MENEZES (2020); LIMA (2012); GOMES (2006); NEVES (2011); SANTOS (2020); CAMPOS (2014); BARRETO (2018); SANTOS (2018); VASCONCELOS (2020); MARQUES (2016); CESARIO (2019); FURIGO (2018)
CIÊNCIA DA COMPUTAÇÃO	2	BAMBIRRA (2009); ABREU (2011)
CIÊNCIA POLÍTICA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS	2	SANTOS (2017); BIAVASCHI (2020)
COMUNICAÇÃO E INFORMAÇÃO	2	CAMPOS (2016); LIMA (2010)
ENGENHARIAS III	1	SILVA (2011)

<b>INTERDISCIPLINAR</b>	7	HELOU (2015); FLORES (2018); FERRARI (2006); PACHECO (2015); GONÇALVES (2006); NEVES JUNIOR (2013); AMBROSI (2007)
<b>PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL / DEMOGRAFIA</b>	2	LIMA (2016); ROCHA JUNIOR (2014)
<b>Não identificado</b>	1	BRAUN (2013)

Fonte: Elaborado pelos autores.

O Quadro 3 evidencia que a GC no setor público é um campo de estudo de interesse multidisciplinar, conforme apontaram outras pesquisas. Há uma diversidade de áreas de avaliação da CAPES que tiveram elaboração de teses ou dissertações sobre o tema em que a maioria delas com mais de uma publicação demonstrando que não foram estudos isolados. São áreas que estudaram duas vezes a GC: Engenharias III com um trabalho, Ciência da Computação, Ciência Política e Relações Internacionais, Comunicação e informação, Planejamento Urbano e Regional/Democracia. Enfatizando a característica multidisciplinar do tema, sete trabalhos foram realizados por programas de pós-graduação avaliados na área interdisciplinar, sendo a segunda área com o maior número de publicações. Apesar de demonstrada a variedade de áreas que estudam o tema, a área de administração pública e de empresas, ciências contábeis e turismo é destaque com 21 trabalhos, representando 55,26%. Não foi possível identificar a classificação da área de avaliação de um programa. O Gráfico 3 apresenta a quantidade de programas por nota na avaliação da CAPES e o Gráfico 4 apresenta o quantitativo por objeto de estudo.

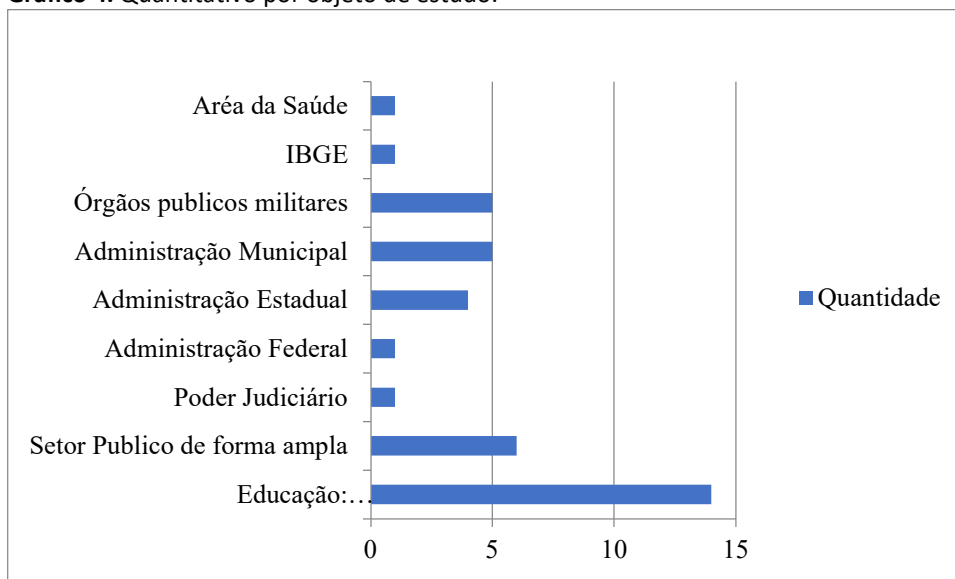
**Gráfico 3.** Quantidade de programas por nota na avaliação da CAPES



Fonte: Elaborado pelos autores.

Segundo a CAPES (2021), a avaliação dos programas de pós-graduação é um processo indispensável para assegurar a qualidade dos cursos de Mestrado e Doutorado. Um dos objetivos da avaliação é “identificação de assimetrias regionais e de áreas estratégicas do conhecimento no SNPG para orientar ações de indução na criação e expansão de programas de pós-graduação no território nacional.”. No Gráfico 3 pode-se identificar que a Gestão do Conhecimento no setor público é de interesse de programas que possuem avaliação intermediária correspondente a nota três e quatro, com, respectivamente, 14 e 12 trabalhos, perfazendo 68,42% dos programas enquadrados nestas duas notas e 28,94% com nota igual ou superior a cinco e um programa com nota não identificada na avaliação da CAPES.

**Gráfico 4.** Quantitativo por objeto de estudo.



Fonte: Elaborado pelos autores.

O Gráfico 4 deixa claro que a maioria dos estudos são aplicados na área da educação, constatando 14 ocorrências, representando 36,84%. O tema é tratado de forma ampla no setor público por seis trabalhos; os órgãos públicos militares e a administração municipal foram estudadas em cinco ocasiões; a administração estadual foi objeto de estudo quatro vezes e a administração federal, área da saúde, IBGE e o poder judiciário em uma oportunidade. Apesar de estar concentrado na área da educação, a GC no setor público é um campo que pode ser estudado em diversas instituições, cada uma com suas especificidades, constatando-se a necessidade de ampliar os estudos para outras áreas da administração pública nas teses e dissertações. O Quadro 4 identifica qual área da GC os trabalhos estudaram.

**Quadro 4.** Área da Gestão do Conhecimento estudada

Ênfase do trabalho	Autores	Quantidade
Compartilhamento/transferência do conhecimento	MARONATO (2018); FREITAS (2021); MARQUES (2016); FURIGO (2018); LUCCA (2019)	5
Diagnóstico/percepções/proposições	LIMA (2021); NEVES JUNIOR (2013); LIRA (2019); ROCHA JUNIOR (2014); GOMES (2006); SANTOS (2020)	6
Tema tratado de forma ampla	PEREIRA (2012); BRAUN (2013); SOUZA (2015); MENEZES (2020); BAMBIRRA (2009); NEVES (2011); VASCONCELOS (2020); SANTOS (2017); AMBROSI (2007); CAMPOS (2016); SANTOS (2018); BIAVASCHI (2020);	12
Maturidade	BASSO (2018); HELOU (2015); FLORES (2018); BARRETO (2018)	4
Aspecto estratégico/resultados	ECHTERNACHT (2015); LIMA (2016); LIMA (2010); CAMPOS (2014); CAMPOS (2014)	5
Práticas e desafios	LIMA (2012)	1
Criação de sistema	ABREU (2011)	1
Formulação de política pública de GC	GONÇALVES (2006); SILVA (2011)	2
Influência da estrutura organizacional	FERRARI (2006)	1
Estudo Bibliométrico	CESARIO (2019);	1

Fonte: Elaborado pelos autores

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo elaborou o rastreamento do campo de estudo e perfil geográfico das teses e dissertações sobre a gestão do conhecimento na área pública. Foi constatado que o tema é objeto de estudo desde 2006 e conta com ao menos uma publicação por ano, com exceção de 2008, demonstrando a importância da temática que possui 38 estudos até o ano de 2021.

Há equilíbrio entre programas de pós-graduação profissional e acadêmico que estudam o tema, sendo que aqueles realizaram estudos em dois programas a mais. Ficou demonstrado que o assunto é interdisciplinar, contendo trabalhos elaborados para programas de sete áreas de avaliação

## DESAFIOS E OPORTUNIDADES DAS ORGANIZAÇÕES AMAZÔNICAS NO PÓS PANDEMIA

### ARTIGO CIENTÍFICO

#### ADMINISTRAÇÃO I - ESTRATÉGIA, GESTÃO E TECNOLOGIA EM ORGANIZAÇÕES

da CAPES, com destaque para a área de Administração Pública e de Empresas, Ciências Contábeis e Turismo com 21 estudos e um não foi possível identificar a área de avaliação.

Além disso, os objetos de estudos são todas as esferas de governo, órgãos públicos variados, incluindo os do poder judiciário e órgãos da carreira militar. O destaque é dado à área da educação, abrangendo universidades, institutos federais e a FIOCRUZ com 14 ocorrências. Quanto ao nível de qualidade dos programas, 68,42% das pesquisas são de programas com avaliação da CAPES três ou quatro. Os estudos são abrangentes, localizados em 10 áreas diferentes da GC, não havendo monopólio de uma área específica e a maior quantidade se refere aos aspectos amplos da GC com 12 estudos, sendo que o compartilhamento do conhecimento apresenta destaque com cinco estudos.

O perfil geográfico é compatível com os achados de Carvalho e Amaral (2021) e Braga, Sinay e Duarte (2021), pois demonstrou que há estudos em 48,14% dos estados brasileiros, em 100% das regiões, sendo 77% realizados no Sudeste, no Sul e no Nordeste, 18% no Centro-oeste e 5% no Norte, que possui apenas dois trabalhos, ambos localizados no estado de Rondônia e realizados em 2021, enquanto o primeiro estudo no país foi realizado no ano de 2006.

A pesquisa apresenta a limitação de ter sido realizada apenas nas teses e dissertações do Brasil, não ampliando o estudo a nível internacional, restringindo-se aos aspectos regionais. No campo de estudo não foram analisados os aspectos teóricos, tais como principais autores e obras, tampouco os resultados alcançados com os estudos. Dessa forma, sugere-se a ampliação do estudo a nível internacional, proporcionando a comparação dessa temática no Brasil com os outros países; estudo dos principais autores e obras que fundamentam as pesquisas sobre gestão do conhecimento na área pública; por fim, propõe-se a replicação desta pesquisa nos trabalhos de conclusão de cursos a nível acadêmico de graduação e especialização.

#### REFERÊNCIAS

- ALFENAS, Ricardo Augusto da Silva; SANTOS, Carlos Soares dos; DIAS, Danila Carrijo da Silva; ARAÚJO, Vívian Garro Brito de; SILVA, Daniela Villa Flor Montes Rey. Gestão do conhecimento nas organizações públicas brasileiras: revisão e bibliometria de obras no período de 2008 a 2017. **Revista do Serviço Público (RSP)**, Brasília 72 (2) 452-478 abr/jun 2021. Disponível em: <https://revista.enap.gov.br/index.php/RSP/article/view/3913/3321>. Acesso em: 13 dez. 2021.
- BAMBIRRA, Roberto Brandão. **Gestão do conhecimento na administração pública federal: estudo de caso na Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)**. 2009. 198 f. Dissertação (Profissionalizante em Administração e Desenvolvimento Empresarial) - Universidade Estácio de Sá, Rio de Janeiro, 2009. <https://www.yumpu.com/pt/document/view/19520612/1-introduo-universidade-estacio-de-sa>. Acesso em: 30 dez. 2021.

BATISTA, Fábio Ferreira. **Modelo de Gestão do Conhecimento para a Administração Pública Brasileira: Como implementar a Gestão do Conhecimento para produzir resultados em benefício do cidadão.** Brasília: Ipea, 2012. ISBN 978-85-7811-139-7. Disponível em:

[https://www.researchgate.net/profile/Fabio-Batista-7/publication/261986902\\_Modelo\\_de\\_Gestao\\_do\\_Conhecimento\\_para\\_a\\_Administracao\\_Publica\\_Brasileira/links/02e7e536169dd202d5000000/Modelo-de-Gestao-do-Conhecimento-para-a-Administracao-Publica-Brasileira.pdf](https://www.researchgate.net/profile/Fabio-Batista-7/publication/261986902_Modelo_de_Gestao_do_Conhecimento_para_a_Administracao_Publica_Brasileira/links/02e7e536169dd202d5000000/Modelo-de-Gestao-do-Conhecimento-para-a-Administracao-Publica-Brasileira.pdf). Acesso em: 24 jan. 2021.

BATISTA, Fábio Ferreira; QUANDT, Carlos O.. Gestão do conhecimento na administração pública: Resultados da Pesquisa Ipea 2014. Práticas de Gestão do Conhecimento. Disponível em: <https://www.econstor.eu/bitstream/10419/121575/1/833841076.pdf> acessado em 23/01/2022

BRAGA, Iluska lobo; SINAY, Maria Cristina Fogliatti de; DUARTE, André Luís Faria. **Panorama acadêmico-científico da contabilidade ambiental na pós-graduação brasileira.** XXIII ENGEMA. ISSN: 2359-1048. Nov, 2011. Disponível em: [https://www.researchgate.net/profile/Andre-Duarte-21/publication/356936252\\_PANORAMA\\_ACADEMICO-CIENTIFICO\\_DA\\_CONTABILIDADE\\_AMBIENTAL\\_NA\\_POS-GRADUACAO\\_BRASILEIRA/links/61b39b5163bbd932428306e8/PANORAMA-ACADEMICO-CIENTIFICO-DA-CONTABILIDADE-AMBIENTAL-NA-POS-GRADUACAO-BRASILEIRA.pdf](https://www.researchgate.net/profile/Andre-Duarte-21/publication/356936252_PANORAMA_ACADEMICO-CIENTIFICO_DA_CONTABILIDADE_AMBIENTAL_NA_POS-GRADUACAO_BRASILEIRA/links/61b39b5163bbd932428306e8/PANORAMA-ACADEMICO-CIENTIFICO-DA-CONTABILIDADE-AMBIENTAL-NA-POS-GRADUACAO-BRASILEIRA.pdf). Acesso em: 25 jan. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria nº 389, de 23 de março de 2017. Dispõe sobre o mestrado e doutorado profissional no âmbito da pós-graduação stricto sensu.** Diário Oficial da União, Edição 58, Seção 1, p. 61. Disponível em: [https://www.in.gov.br/materia/-/asset\\_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/20482828/do1-2017-03-24-portaria-no-389-de-23-de-marco-de-2017-20482789](https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/20482828/do1-2017-03-24-portaria-no-389-de-23-de-marco-de-2017-20482789) . Acesso em: 23 fev. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **Portaria nº 131, de 28 de junho de 2017. Dispõe sobre o mestrado e o doutorado profissionais.** Diário Oficial da União, Edição 124, Seção 1, p. 17. Disponível em: [https://www.in.gov.br/materia/-/asset\\_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/19150989/do1-2017-06-30-portaria-n-131-de-28-de-junho-de-2017-19150907](https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/19150989/do1-2017-06-30-portaria-n-131-de-28-de-junho-de-2017-19150907) . Acesso em: 23 fev. 2022.

CÂMARA, Kathiurcia Montovanelli Cazotti; NUNES, Isabel Matos. A gestão do conhecimento no setor público: uma análise bibliométrica. **Research, Society and Development**, v. 10, n.1, e8410111386, 2021. Disponível em; <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/11386/10281> DOI: <http://dx.doi.org/10.33448/rsd-v10i1.11386>. Acesso em: 13 dez. 2021.

CARVALHO, Renata Ramos da Silva; AMARAL, Nelson Cardoso. O financiamento das universidades estaduais brasileiras: o custo aluno, as assimetrias institucionais e as desigualdades regionais. **Revista científica ECCOS.** Disponível em: <https://periodicos.uninove.br/eccos/article/view/10777/8977> DOI <https://doi.org/10.5585/eccos.n57.10777>. Acesso em: 25 jan. 2022.

DAVENPORT, Thomas H.; PRUSAK, Laurence. **Conhecimento empresarial: como as organizações gerenciam o seu capital intelectual.** Rio de Janeiro: Elsevier, 2003. 10ª reimpressão.

ECHTERNACHT, Tiago Henrique de Souza. **A inovação e a gestão do conhecimento como suporte ao processo estratégico na administração pública municipal: um estudo comparativo de casos no Brasil e em Portugal.** 2015. 221 f. Tese (Doutorado em administração) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba, 2015.

FLORES, Heriberto Alzerino; KRACIK, Marina Souza; FRANZONI, Ana Maria Benciveni. **Maturidade em gestão do conhecimento para a administração pública: uma análise bibliométrica.** CIKI, Porto Alegre, Brasil, 07 a 08 nov. 2019. Disponível em:

<https://proceeding.ciki.ufsc.br/index.php/ciki/article/view/709/325>. Acesso em: 13 dez. 2021.



## DESAFIOS E OPORTUNIDADES DAS ORGANIZAÇÕES AMAZÔNICAS NO PÓS PANDEMIA

### ARTIGO CIENTÍFICO

#### ADMINISTRAÇÃO I - ESTRATÉGIA, GESTÃO E TECNOLOGIA EM ORGANIZAÇÕES

- MARONATO, Elissandra Luiz dos Santos. **Gestão do conhecimento: mapeamento das práticas e ferramentas para o compartilhamento do conhecimento em uma instituição pública de ensino superior.** 2018. 139 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Administração Pública em Rede Nacional – PROFIAP) - Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Curitiba, 2018. Disponível em: <https://repositorio.utfpr.edu.br/jspui/handle/1/3875>. Acesso em 15 dez. 2021.
- (SBGC) Sociedade Brasileira de Gestão do Conhecimento. Entrevista com Karl Wiik. **Revista GC Brasil**, n. 01, ago. 2006, p. 05-08. Disponível em: [http://www.sbgc.org.br/uploads/6/5/7/6/65766379/gc\\_brasil\\_1\\_.pdf#page=11](http://www.sbgc.org.br/uploads/6/5/7/6/65766379/gc_brasil_1_.pdf#page=11). Acesso em: 24 jan. 2022.
- SILVA, Ana Paula Nogueira e; MIRANDA, Angélica Conceição Dias. Gestão do conhecimento no setor público: um estudo sobre os artigos publicados em periódicos nacionais no período 2005-2015. **Encontros Bibli: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação**, v. 23, n. 52, p. 73-83, mai./ago., 2018. ISSN 1518-2924. DOI: 10.5007/1518-2924.2018v23n52p73. Disponível em: <https://www.redalyc.org/jatsRepo/147/14762411006/14762411006.pdf>. Acesso em: 13 dez. 2021.
- SOUZA, Viviane Purcena de. **Gestão do conhecimento no setor público: um estudo no Instituto Federal Goiano Campus Rio Verde.** 2015. 101 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Administração) - Centro Universitário Alves Faria, Goiânia, 2015. Disponível em: [https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id\\_trabalho=3328713](https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=3328713). Acesso em: 20 dez. 2021.
- TAKEUCHI, Hirotaka; NONAKA, Ikujiro. **Gestão do conhecimento.** São Paulo: Bookman. 2008. Disponível em: [https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=oNUYV8AoPgAC&oi=fnd&pg=PR7&dq=%22gest%C3%A3o+do+conhecimento%22&ots=8du02eCjiH&sig=4tE7A6Lk\\_yy6Ge8sGKYzZnz1Q00#v=onepage&q=%22gest%C3%A3o%20do%20conhecimento%22&f=false](https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=oNUYV8AoPgAC&oi=fnd&pg=PR7&dq=%22gest%C3%A3o+do+conhecimento%22&ots=8du02eCjiH&sig=4tE7A6Lk_yy6Ge8sGKYzZnz1Q00#v=onepage&q=%22gest%C3%A3o%20do%20conhecimento%22&f=false). Acesso em: 24 jan. 2022. ok
- TERRA, J. C. C. **Gestão do conhecimento: O grande desafio empresarial.** São Paulo: Negócio Editora, 2001. Disponível em: [https://www.inesul.edu.br/professor/arquivos\\_alunos/doc\\_1409867924.pdf](https://www.inesul.edu.br/professor/arquivos_alunos/doc_1409867924.pdf). Acesso em: 24 jan. 2022.